



O RECIFE E SUA "INSULARIDADE SOCIAL": MEDO, FRAGMENTAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E A ORDEM URBANA PÓS-POLÍTICA¹

RECIFE AND ITS "SOCIAL INSULARITY": FEAR, FRAGMENTATION, PUBLIC SPACE
AND THE POST-POLITICAL URBAN ORDER

Otávio Augusto Alves dos Santos
otavioaas@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca sintetizar algumas das principais ideias presentes na tese de doutoramento do autor, cujo objetivo foi apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife com base no estudo da vida entre-muros. Pretendeu-se com esta tese oferecer uma interpretação crítica da realidade urbana desta cidade, demonstrando que o caráter geomorfológico insular sobre o qual a cidade inicialmente se edificou acabou permanecendo no transcurso do processo histórico de produção de seu espaço, assumindo atualmente o que o autor tem chamado de “insularidade social”. Ao final, conclui-se que a referida insularidade social tem se dado na esteira de um processo de pulverização do espaço e da esfera pública, bem como pela difusão do sentimento do medo, de enclaves fortificados e pela consequente irrupção de modelos apolíticos de gestão urbana, pautados no consenso, o que via de regra tem levado à constituição de uma condição pós-política.

Palavra-chave: Fragmentação; Insularidade social; pós-política

Abstract

This paper seeks to synthesize some of the main ideas present in the author's doctoral thesis, whose objective was to point out the details of space fragmentation in Recife based on the study of inter-wall life. This thesis was intended to offer a critical interpretation of the urban reality of this city, demonstrating that the insular geomorphological character on which the city was initially built ended up remaining in the course of the historical process of production of its space, assuming presently what the author has called "social insularity". In the end, it's concluded that the "social insularity" has happened within of a process of pulverization of public

¹ Este trabalho sintetiza algumas das principais ideias contidas na tese de doutoramento do autor

space, as well as of the diffusion of the fear sentiment, of the fortified enclaves and the consequent irruption of apolitical models of urban management based on consensus, what has taken to the constitution of a post-political condition.

Key words: Fragmentation; “Social insularity”; post-political

Introdução

O debate público e a ação conjunta de novos ativismos urbanos têm posto o espaço e o planejamento urbanos em evidencia, fazendo reacender a necessidade de se pensar em cidades mais democráticas. Subitamente, as contradições espaciais urbanas, cuja gênese alude o próprio processo de valorização e consumo voltados à acumulação, tornaram-se visíveis, levando os cidadãos a buscar soluções, ainda que os meios e os fins não estejam muito claros. Nos últimos anos, a tomada de consciência, o debate e a luta social pela transformação do espaço urbano tomaram a forma de uma verdadeira insurreição global, mais ou menos sincrônica, apenas comparada na história recente às mobilizações estudantis de 1968. Não se trata de um despropósito, pois essa é também a opinião do geógrafo inglês David Harvey (2012) que chegou a vislumbrar uma “revolução urbana” em curso. A experiência brasileira evidencia isso, pois, em 2013, suas cidades foram tomadas por movimentos de protesto onde se criticavam a péssima qualidade dos serviços públicos e as violações ocasionadas pelos preparativos da Copa do Mundo de 2014. No Recife o movimento *Ocupe Estelita*² e o fórum de debates *Direitos Urbanos* surgiram enquanto desdobramentos dessa onda, problematizando os atuais vetores locais de reprodução do espaço urbano.

Contudo, as leituras mais difundidas da cidade, em especial daquelas situadas na periferia do capitalismo, ainda estão enviesadas por ideias de momento, concebidas em contextos sócio históricos distintos, muitas das quais incapazes de apontar caminhos à transformação da realidade urbana, sobretudo frente ao quadro de fragmentação que se estabelece de forma crescente. Neste sentido, tem-se tornado cada vez mais urgente a elaboração de novas leituras críticas da cidade, teorias radicais da urbanização periférica, alinhadas à toda tradição crítica dos estudos urbanos e que permitam conhecer as raízes dos problemas e os caminhos para uma verdadeira ação revolucionária. Esta tese a que este texto procura sintetizar teve por objetivo apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife com base no estudo da vida entre-muros, isto é, do cotidiano daqueles cujo o sentimento do medo tem se tornado cada vez mais determinante. Pretendeu-se, antes de mais nada, oferecer contribuições a uma interpretação

² Movimento de protesto cujo surgimento se deu na esteira do processo de resistência popular ao projeto imobiliário Novo Recife que, projetado para o antigo Cais José Estelita, no bairro de São José, centro do Recife.

crítica da realidade urbana desta cidade, demonstrando que o caráter insular sobre o qual ela se edificou permaneceu no transcurso dos anos, assumindo então o que estamos chamando de “insularidade social”.

No primeiro item, procura-se discorrer sobre o que, afinal de contas, constitui o processo de fragmentação, apresentando dois outros conceitos relativos a processos de diferenciação do espaço urbano sem os quais a própria fragmentação não poder ser plenamente compreendida. Ademais, apresenta-se como esse processo de fragmentação tem se dado no transcurso histórico da produção e reprodução do espaço no Recife, enfatizando a especificidade insular desta cidade. Depois, busca-se demonstrar o papel do sentimento do medo na construção social da condição pós-política, bem como a realidade do espaço público e os horizontes de sua efetiva realização mediante o necessário processo de sua reabilitação. Almeja-se, neste sentido, oferecer politicamente alguns elementos para a construção de um modelo de pensamento e ação em favor de uma transformação estrutural na cidade

1. A fragmentação do espaço urbano

No regime de capital, a cidade é produto de um processo de valorização desigual do espaço. Isso significa dizer que o valor coletivamente produzido é desigualmente apropriado e incorporado ao solo. Disso resulta um espaço essencialmente diferenciado, em diversas escalas geográficas. Na realidade urbana periférica, essas disparidades apresentam-se de forma ainda mais evidente, sobretudo quando se leva em conta a escala do habitat. Na tentativa de compreender os processos que ocasionam essas diferenças, geógrafos, sociólogos, urbanistas, economistas e demais cientistas sociais por vezes lançam mão de diversos conceitos e categorias de análise, muitos dos quais surgidos em contextos sócio-históricos diferentes, criando uma verdadeira polissemia, entorno da qual se arrolam múltiplas definições e polêmicas. Dois desses conceitos, no nosso entender, merecem destaque: o de segregação e o de fragmentação. Tratados muitas vezes de maneira correlata, o uso desmedido desses termos para caracterizar as diferenças espaciais urbanas tem ocasionado algumas confusões teórico-metodológicas e imprecisões interpretativas (SANTOS, 2017).

Com exceção de alguns poucos autores, tais como Vasconcelos (2004, 2013) e Sposito (2013), a maior parte daqueles que se ocupam em definir a segregação no espaço urbano geralmente compreende este processo enquanto manifestação espacial das diferenças sociais, ou a acentuação da divisão social do espaço (SORBAZO, 2000). No nosso entender, o conceito de segregação requer uma profunda contextualização, uma vez que surgiu em contextos sócio-

históricos específicos, procurando caracterizar o encerramento forçado ou auto-induzido de determinados grupos sociais em frações do espaço em virtude de conflitos sociais de fundo étnico e/ou político. Neste sentido, preferimos reservar seu uso para exprimir uma forma particular e violenta de diferenciação, baseada na separação. Por outro lado, o processo mais imediato de divisão social do espaço vimos chamando de “segmentação”. Podemos considerar, para fins de exemplificação, o surgimento de bairros com perfis socioeconômicos e arquitetônicos diferentes como um exemplo de segmentação, e a irrupção de condomínios e loteamentos fechados como exemplos de segregação (SANTOS, 2017).

A fragmentação, por sua vez, tem sido utilizada para caracterizar as desigualdades socioespaciais intensificadas pelo processo de globalização. Milton Santos (1990), ao estudar a realidade urbana paulistana, afirmou que a produção do espaço é cada vez mais comandada por grandes corporações e, em função disso, os pobres estão cada vez mais isolados e com sua mobilidade reduzida. A fragmentação do espaço urbano, segundo este autor, advém desse fracionamento da cidade em espécies de “guetos”. A concepção de Santos parece encontrar lastro entre a maior parte dos geógrafos brasileiros, sendo muitas vezes confundida com a segregação.

Outra concepção interessante e que tem como foco as relações estabelecidas no interior do processo de produção do espaço é aquela que advém da perspectiva Lefebvriana, segundo a qual o espaço é fragmentado e ao mesmo tempo articulado. Isto é, o espaço é estilhaçado perante o olhar, mas paradoxalmente unido na totalidade de sua estrutura e dinâmica (LEFEBVRE, 2008). Neste mesmo viés também aponta a concepção de Corrêa (1989), para quem o espaço é fragmentado e articulado. É com base nessas concepções, e analisando o caso de Recife, que Albuquerque e Gomes (2013 e 2017) revelam os jogos de interesses entre os agentes da produção do espaço, bem como os atuais vetores de reprodução do espaço da cidade.

Souza (2000, 2008), contudo, propõe uma concepção ainda mais interessante, na medida em que insere a questão dos conflitos e do medo no cerne do processo, priorizando a esfera política. Neste sentido, este autor prefere falar em "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial" que, segundo seu entendimento, corresponde ao conjunto de conflitos e tensões que muitas vezes desafiam o controle territorial estatal, correspondendo à territorialização dos grupos criminosos e as estratégias espaciais defensivas das classes sociais mais abastadas. No mesmo sentido, Préteceille (1997, p. 65) afirma que a fragmentação "[...] resulta das tensões sociais, quase sempre explosivas, ligadas ao aumento da pobreza e da 'exclusão social', bem como ao crescente sentimento de insegurança". O sentimento do medo para Souza (2000, 2008) é central,

tendo em vista que sua generalização na vida social se dá exatamente nas cidades fragmentadas, levando ao tratamento militarizado de seus problemas. As cidades brasileiras, neste sentido, são verdadeiras “Fobópoles”, onde o medo e a percepção do risco são demasiadamente determinantes do cotidiano.

Na verdade, o sentimento do medo é o grande definidor dos “circuitos dos afetos” nas sociedades modernas e liberais, conforme defende Safatle (2015). Segundo este autor, esses circuitos resultam das crenças, desejos e interesses produzidos pelos indivíduos. Seja na vida cotidiana ou na política, os indivíduos produzem constantemente afetos a partir dos quais mobilizam sua adesão no tecido social. A política, portanto, é um modo de produção de circuitos de afetos. E o sistema capitalista, com todas as suas vicissitudes econômicas e políticas, reproduz-se com base no manejo dos afetos. No mundo moderno e liberal, o medo da despossessão, da morte violenta e da “guerra de todos contra todos” é que obriga os indivíduos a reafirmar o Estado. Assim, a ideia tornada hegemônica de uma sociedade fundada em um pacto entre indivíduos proprietários sem qualquer relação natural, para que o pandemônio entre lobos seja evitado, já evidencia o medo como princípio ético/moral. Esse elementar sentimento humano vê-se cada vez mais intensificado nas cidades periféricas em função das contravenções e da violência, sendo também manejado por um mercado de segurança privada cada vez mais robusto e por preconceitos de todos os matizes.

Por isso é que surgem as estratégias defensivas das classes mais abastadas, que passaram viver cada vez mais em “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000). Em função da difusão dos condomínios e loteamentos fechados, tem-se uma cidade cada vez mais dividida entre aqueles que estão “entre-muros” e aqueles que estão “além-dos-muros”, sendo o muro a fronteira que delimita diferentes formas de conviver. Isso, naturalmente, tem resultado em trágicas consequências no que diz respeito à socialização e ao uso do espaço público e da política. A fragmentação do espaço urbano, neste sentido, corresponde também à situação em que vigora um declínio do homem público, conforme assevera Sennet (1989). E a ausência do encontro, bem como a pulverização de um espaço para o debate público robustece as atuais formas de gestão urbana neoliberais, para as quais, em se tratando de projetos urbanísticos, pouca coisa deve interessar ao cálculo político e ao debate democrático.

2. A fragmentação do espaço no Recife: da insularidade natural à social

Interessante é perceber como esse processo de fragmentação se desenvolve na cidade do Recife, uma vez que envolve a forma com base na qual a própria cidade se foi constituindo historicamente a partir de seu sítio geomorfológico original. O quadro natural sobre o qual surgiu esta cidade resumiam-se a “C’roas e bancos de areia, cordões litorâneos arenosos ou restingas, associado a pântanos de água salobra, manguezais, lagamares, esteiros e camboas” [sic] (LINS, 1982, p. 81), isto é, um “estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió”. A planície se constituiu pelo entulhamento de sedimentos ora fluviais, ora marinhos. Os manguezais, que se desenvolveram pelos lamaçais salobros, ajudaram a consolidar o solo. Essa difusa rede hidrográfica criou uma paisagem insular que, segundo Castro (1969), atraiu os holandeses, fazendo-os preferir a referida planície à colinosa Olinda para construir sua cidade portuária. Foi essa insularidade natural, semelhante àquela encontrada nas principais cidades neerlandesas, que encorajou os invasores a fincar as bases de seu domínio mercantil, escolhendo a Ilha de Antônio Vaz como ponto irradiador de uma cidade que deveria se expandir radialmente, acompanhando suas pontes e avenidas. O Recife é, portanto, uma cidade em que a presença de ilhas estuarinas configurou um fator para sua origem, constituição e expansão.

Em princípio, a cidade encontrava na “insularidade natural”, isto é, nessa condição geomorfológica intermitente de águas e terras um obstáculo para sua expansão. Mas, esse obstáculo foi logo vencido pelas referidas pontes, que integrou as ilhas, fazendo a cidade se edificar segmentadamente, com seus sobrados e palácios, mas também com seus mocambos. Cabe ressaltar, contudo, a mudança ocorrida no transcurso dos anos do caráter dessa insularidade. Se antes ela era natural, hoje ela é cada vez mais social. Vejamos como isso ocorreu observando o processo desigual de ocupação, valorização e consumo do espaço da cidade.

Recife surge de longa e conflituosa trajetória de ocupação desigual, onde as terras firmes e secas foram imediatamente apropriadas por parte das classes mais abastadas e brancas, primeiramente pela concessão de sesmaria, depois pela obtenção e aquisição via mecanismos institucionais ou de mercado, formalizados ou não. Esse modelo de ocupação manteve-se inalterado por séculos, persistindo mesmo depois do fim do regime colonial-escravocrata. O declínio da economia açucareira e a constituição de uma economia terciária urbana, pautada no comércio de produtos agrícolas e pequenos serviços foi que, gradualmente, tornou a cidade do Recife o centro de sua hinterlândia. Nesse processo, os trabalhadores negros e mestiços, depois de libertos oficialmente da escravidão, dirigiram-se ao centro, ocasionando a ocupação dos solos úmidos e não-infraestruturados por meio de invasões informais. Em função disso, as diferenças

espaciais já se faziam notar. Havia, pois, uma segmentação descontínua do espaço, tendo em vista a complexa estrutura hidrográfica, o perfil insular das terras secas e a difusa disposição dos terrenos úmidos. Não havia, portanto, uma diferenciação espacial nos moldes centro-periferia, uma vez que os dados da natureza e sua disposição na superfície a impedia.

Essa segmentação descontínua acentuou o desigual processo de implantação das infraestruturas. Os lugares mais firmes e valorizados foram sendo dotados cada vez mais de equipamentos e serviços indispensáveis à reprodução humana saudável e ao exercício da vida pública. Enquanto isso, nos solos inconsolidados e nas encostas, manteve-se a completa ausência desses objetos e a difusão de habitações vernáculas e precárias. Ainda centrado no sítio complexo de águas e terras do estuário comum dos rios Capibaribe e Beberibe, tendo apenas alguns bairros e localidades afastadas na planície, o Recife passou a expandir-se vertiginosamente a partir da metade do século XX, seguindo o sentido de vias radiais que interligavam os referidos bairros e localidades com o centro (MELO, 1978). Essas vias, entretanto, tornaram-se vetores da produção do espaço, pois a partir delas é que a cidade foi se expandindo, constituindo uma malha tentacular e segmentada. Nesse mesmo período, outra frente de expansão preenchia os espaços entrevias, fazendo a malha perder sua estrutura tentacular, mas mantendo a segmentação. Esse processo de valorização foi criando um espaço extremamente complexo, permeado por rugosidades naturais e segmentos espaciais.

As décadas de 1950/60 foram marcadas pela implementação, no âmbito nacional, de políticas favoráveis ao desenvolvimento econômico do país, pautadas em um pulsante estímulo à implantação das condições urbano-industriais. No Recife, a produção expansiva do espaço ampliou as condições gerais de produção urbano-industrial para além da capital, com a criação de polos industriais peri-urbanos. Mas, também propiciou o investimento dos excedentes no mercado imobiliário por meio de ofertas habitacionais nas áreas periféricas, com os programas viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação e, depois, pelos loteamentos privados ou promovidos pelas Companhias Estaduais de Habitação (COHABs), levando mais tarde ao processo de metropolização. Interessante é notar que, uma das muitas frentes do processo de metropolização foi a construção de empreendimentos imobiliários sob a forma de condomínios horizontais ou edifícios.

A vida comunitária ou baseada na identidade e no convívio de bairro ainda eram predominantes no Recife e, até aquele momento, os condomínios não haviam se tornado a forma mais comum de habitar nessa cidade. Neste sentido, os enclaves foram introduzidos inicialmente nas áreas mais periféricas, ou até mesmo no limiar entre a cidade e o campo, funcionando como

vetores do processo de expansão do espaço urbano. O surgimento de enclaves nas áreas centrais do núcleo metropolitano apenas veio a ocorrer mais tarde, quando o padrão de valorização e consumo do espaço foi redimensionado, passando a se dar muito mais com base na reprodução do espaço já produzido.

Antes, porém, as áreas centrais e os bairros mais consolidados já passavam por importantes mudanças no que tange as formas predominantes de sociabilidade. A explosão populacional das décadas de 1960/70 foi, sem sombra de dúvidas, uma delas, pois introduziu uma grande massa de trabalhadores em áreas menos privilegiadas. Acreditamos que, como resultado desse fato histórico, diferentes classes sociais, inclusive grupos sociais até então desconhecidos, advindos de outras cidades, passaram a conviver conflituosamente com os antigos moradores da cidade. Até as referidas décadas, muitos dos principais bairros consolidados da cidade do Recife mantinham uma vida comunitária e uma vivência do espaço público que foi aos poucos solapada em função do medo da nova vizinhança. O primeiro reflexo foi este sentimento avultando-se enquanto definidor da convivência social e da estética arquitetônica, em um processo de busca por distinção frente ao conjunto da cidade. Os antigos habitantes, então, pararam de frequentar as ruas, fecharam-se em suas casas, aumentaram os seus muros e instalaram adereços de segurança, como cercas de arame e ofendículos.

A conversão da condição de insularidade natural para social acompanhou precisamente essas transformações, em que a segmentação fundada na desigualdade social e a segregação alicerçada no desejo de distinção foram se tornando cada vez mais fortes. Logo, inúmeros enclaves e espaço segmentados passaram a se constituir, marcando decisivamente uma nova paisagem insular. A cidade do Recife encontra-se hoje cada vez mais fragmentada por condomínios, loteamentos fechados e shopping centers que encerram entre seus muros a convivência de diversos grupos sociais. Pode-se dizer, neste sentido, que a cidade se fraciona em função da generalização de uma vida entre-muros e de empreendimentos privados que exprimem os atuais vetores de reprodução do espaço, conforme sugere Albuquerque e Gomes (2013).

Recife, portanto, teve no seu aspecto geomorfológico insular um dos fatores de sua ocupação inicial e crescimento. E o que se percebe ao analisar a história desta cidade é que esse aspecto insular permaneceu, a despeito da humanização de seu espaço. Contudo, em vez de uma insularidade natural, tem-se agora uma insularidade social. Isso por que o processo de reprodução do espaço nesta cidade tem se dado com base na fragmentação e na difusão de um estilo de vida entre-muros (SANTOS, 2017).

3. O sentimento do medo e a pós-política

Segundo Lima e Ximenes (1998), as formas de valorização e consumo revelam as desigualdades sociais e o sentimento do medo diferentemente difundidos. Esses autores afirmam que o risco diferenciado de serem alvos da violência e da mortalidade por causas externas determina o comportamento de certas classes e interfere na organização do espaço. Recife foi considerada por muito tempo como a cidade mais violenta do Brasil. Atualmente, ela figura entre as quarenta cidades mais violentas do mundo, segundo a organização não-governamental Segurança, Justiça e Paz, do México, ocupando a 37ª colocação no mundo e a 14ª no Brasil. Segundo Waiselfisz (2011), o número total de homicídios no Recife, no período de 1998 a 2008, reduziu 15,3%. A taxa de homicídio em 1998 era de 114 em 100 mil habitantes, em 2008 era 85,2 em 100 mil habitantes. O número de homicídios por arma de fogo em 2014 foi de 554, 51,7% a menos que o registrado em 2004. Trata-se de grandes reduções, mas o índice de homicídios e de mortes violentas ainda é muito alto (WASELFISZ, 2015).

Em 1998, o Recife sustentava o posto de capital mais violenta do Brasil, perdendo a posição apenas para Maceió em 2008, mas, permanecendo em 2º lugar. Em 2008, o Recife ainda era a terceira cidade em número total de homicídios no Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro (WASELFISZ, 2011). Hoje, ela é a 19ª no número de homicídios por arma de fogo (WASELFISZ, 2015). Esses homicídios, conforme acrescenta o autor, atingem sobretudo os jovens, sendo decorrentes do tráfico de drogas e de problemas pessoais (WASELFISZ, 2011). Com efeito, a maior parte dos crimes e agravos violentos no Recife são de natureza passional. As mulheres são as mais vitimadas (MELO, SILVA e CALDAS, 2009). Há, ainda, uma relação direta e proporcional entre consumo de álcool e a ocorrência desse tipo de violência, conforme destaca Melo, Caldas e Carvalho (2005).

A percepção da violência no Recife, entretanto, é muito maior que a violência real, superdimensionada que é graças a espectros da mídia corporativa, que reservam em sua grade de programação ou em seus cadernos de notícia um grande espaço para evidenciar crimes violentos (MELO, 2010). São imagens e discursos que, segundo Caldeira (2000), contribuem à constituição simbólica da chamada "fala do crime". Elas são cada vez mais frequentes e significativas, a despeito da redução da violência constatada nos últimos anos. A violência real no Estado de Pernambuco reduziu-se sensivelmente devido ao tímido processo de redução das desigualdades e do programa estadual "Pacto Pela Vida", que aumentou o efetivo de policiais e o policiamento nas ruas (JÚNIOR, 2010). Ainda assim, o sentimento do medo frente à violência continuou crescente, conjuminando desta vez com o medo da indistinção. A ascensão social experimentada durante os governos progressistas do PT, na escala nacional, e do PSB, no nível

estadual, possibilitou o acesso ao consumo para uma ampla fração da classe trabalhadora. Tendo que dividir espaços que antes eram exclusivos, as classes mais abastadas passaram a fomentar outras formas de exclusivismos, subjacentes ao medo e ao preconceito social. Daí o exclusivismo socioespacial, conforme sugere Barbosa (2014), ou a "gourmetização" e "camarotização" dos espaços urbanos. Tratam-se, com efeito, de formas mais contemporâneas de segregar e fragmentar o espaço.

O medo ainda tem sido utilizado nas propagandas das ofertas imobiliárias, no sentido de mostrar que a cidade é naturalmente caótica e que livrar-se desse caos não constitui apenas uma opção de vida, ou um privilégio das classes mais abastadas, mas uma necessidade essencial sem a qual não é possível viver na cidade. Os novos condomínios-clubes, criados na esteira de inovações do produto imobiliário, trazem cada vez mais itens que fortalecem sua imagem de espaço seguro e exclusivo. Mais que isso, conceitos como os de sustentabilidade e qualidade de vida são associados ao de comunhão, na perspectiva de criar um aspecto de comunidade de cuidado, um verdadeiro oásis em meio ao violento e congestionado caos urbano.

Sob o sentimento do medo também se difunde uma "arquitetura de guerrilha", nas mais diversas classes sociais. Levantar um grande muro, dispor ofendículos, cercas elétricas e instalar câmeras filmadoras são hoje tão essenciais quanto quaisquer outros itens de conforto e privacidade das edificações, sejam elas suntuosas e destinadas aos mais ricos, ou mais singelas, construídas ilegalmente pelos mais pobres. Formas de habitar cuja construção deu-se com base numa clara negação da rua e do espaço público, esses diversos tipos de enclaves caracterizam o quadro de insularidade social da cidade.

A construção de um muro ou a instalação que equipamentos de segurança muitas vezes tende a "agregar valor" uma habitação ou um conjunto de moradias. A presença desses elementos pode, em muitos casos, definir se a oferta imobiliária constituirá um sucesso ou um fracasso. É por isso que eles se tornam cada vez mais indispensáveis para os incorporadores. Trata-se de valores que servem para evitar amálgamas entre diferentes formas de conviver e gostos estéticos, posto que a mistura ou a simples presença de um elemento destoante nessa ordem urbana insular constitui um fator potencial de desvalorização. Isto é o que acontece quando classes sociais mais pobres, ou uma atividade econômica informal, ou uma habitação precária e antiga acha-se nas proximidades de um condomínio ou loteamento fechado, por exemplo. A percepção que se tem deles é de algo adverso, que desfigura e desvaloriza o enclave. Os muros e todo aparato são estratégias à superação desses obstáculos, fronteiras instituídas sob

o fito de preservar um processo de valorização do valor, afugentando a heterogeneidade e preservando o padrão estético e as condições de convivência social almejadas.

A mentalidade que alicerça tais transformações é a mesma que orienta as atuais práticas urbanísticas e a ação do Estado no ordenamento do uso do solo e na gestão dos serviços urbanos. O que explica a cessão da manutenção de propriedades, praças e logradouros públicos à iniciativa privada? Apenas a falta de recursos ou a ineficiência em termos de gestão não dão conta de explicar a integralidade desse processo. Somado a isso, deve-se considerar a crescente percepção de que o privado é preferível ao público, e que o restrito é melhor que o aberto. Ademais, o que explica o fechamento de praças, parques e edifícios públicos por meio de cercas e grades, a construção de alambrados em avenidas e de ofendículos em pontes e viadutos? Não seria uma tentativa de evitar amálgamas, pessoas e usos destoantes? Ou, então, fronteiras demarcando formas específicas de consumir o espaço? A vida entre-muros invadindo o planejamento urbano, incrustam-se no Estado e naturalizando-se no tecido social.

O que Swyngedouw (2012) chamou de cidade pós-política corresponde, com efeito, à cidade onde o medo e a fragmentação definem sua estrutura e dinâmica espaciais. Mas é também onde o consenso sobrepujou a diferença, em função mesmo do medo que ela enseja. Cada vez mais há uma coesão em termos de visões e propostas, com as quais compartilham os promotores imobiliários e os agentes do Estado, no arco de um verdadeiro processo de constrangimento das trajetórias divergentes e das perspectivas contrastantes. No limite, isso tem levado a um acordo unânime em favor da fragmentação do espaço e a um tratamento hostil das ações que implicam a valorização do público. Por que já não se discute mais a difusão dos condomínios e não se constroem mais praças e parques? Por que há mais ruas para carros e menos calçadas para os pedestres? Por que a camarotização do Carnaval e a desvalorização da folia espontânea? Em contrapartida, as lutas políticas em favor do espaço público são sistematicamente hostilizadas, posto que o uso despretenhoso e gratuito do espaço não serve à acumulação.

Aquilo que destoia do consenso é o amálgama. E o amálgama é uma espécie de obstáculo geográfico. Contra ele é que se estabelecem as fronteiras, ou seja, os muros e demais aparatos de controle. Do ponto de vista político, nenhum acontecimento recente exemplifica melhor o que estamos falando do que todo o imbróglia constituído entre a associação composta pelo Estado, em suas diversas esferas, e os promotores imobiliários, frente ao movimento Direitos Urbanos. Este último, protagonista de diversos episódios de resistência e luta política contra a implementação de grandes empreendimentos imobiliários, sobretudo o Projeto Novo Recife, viu-se diversas vezes depreciado, excluído do debate público e preterido dos processos decisórios,

apenas por que representa algo além do consenso. Os formuladores do consenso, com os meios de que dispõem, antecipam-se à articulação de trajetórias divergentes, rotulando aqueles que não o aderem ao consenso de “tradicionalistas” ou “fundamentalistas”, sendo esta também a pecha que recai sobre todos os grupos sociais não institucionalizados que lutam contra os muitos tipos de enclaves que se difundem pela cidade. A censura contra a troça carnavalesca “Empatando tua vista”³ é outro exemplo. Sua crítica irreverente versa sobre a complacência do Estado frente as investidas muitas vezes criminosas dos promotores imobiliários, mas sobre seus articuladores recai não só o silenciamento da mídia, como também a interdição física, com apoio do órgão de controle urbano e da polícia.

4. O espaço público na ordem urbana pós-política

No supracitado contexto de pós-política, a existência de um espaço público efetivo é, antes de mais nada, uma utopia. Isso por que esse espaço sempre constituiu o suporte para o complexo da política. E se essa atividade tem sido substancialmente interdita pelo consenso, não se pode falar em espaço público sem algum tipo de ressalva. Entretanto, ele existe materialmente na cidade periférica, apresentando atualmente um caráter duplo. Por um lado, funciona como resultado e sustentáculo das relações de produção. Por outro lado, abre possibilidades para o novo e para trajetórias sociais divergentes que, inclusive, podem questionar os fundamentos da produção. Neste sentido, acreditamos que o espaço público é aquele capaz de fugir ao cálculo capitalista de valorização e consumo visando à acumulação. Não por acaso, seu alargamento tem sido apontado como resistência. Muitos dos atuais movimentos sociais buscam avigorar esse segundo caráter do espaço público, que é o de abertura para o novo, seu sentido político mais profundo.

O espaço público é o horizonte estratégico de resistência à fragmentação do espaço urbano por que é o lugar da experiência. Seguindo a linha de pensamento de Benjamin (1994), acreditamos que uma das características da modernidade é a pobreza da experiência, isto é, a quase inevitável decadência da capacidade humana de narrar e compartilhar a vida, algo sempre expressivo na arte. No ensaio "Experiência e pobreza" de 1933, este autor demonstra como o campo da experiência (*Erfahrung*) passa por um grave declínio em função de transformações sociais da modernidade, tais como a urbanização e a difusão tecnológica. Em sua visão, os

³ A troça carnavalesca “Empatando tua vista” é uma agremiação carnavalesca recente que se auto denomina como “ato político-folião crítico à verticalização excessiva”. Sua criação se deu no processo de resistência ao Projeto Novo Recife e na esteira das mobilizações articuladas pelo grupo Direitos Urbanos. Durante o Carnaval do ano de 2017, sem infringir qualquer lei, a referida agremiação teve suas fantasias confiscadas e seus organizadores conduzidos às autoridades pela polícia.

modos de perceber e sentir o mundo se vão alterando profundamente nesse processo, resultando em uma visão de mundo cada vez mais fragmentada, que prefere denominar de vivência (*Erlebnis*). Neste sentido, a experiência estaria relacionada à tradição e à memória coletiva, já a vivência estaria relacionada a vida privada. Nas sociedades modernas há uma intensificação da vivência, da vida privada, posto que as experiências de choque presentes no mundo moderno inviabilizam a plena elaboração cognitiva do percebido, criando uma consciência fechada na vivência ou no esforço de evitar outros choques. Trata-se, portanto, de uma consciência incapaz de compreender e julgar o real, que não prevê o compartilhamento e a vida pública. Este autor nos leva a pensar, conforme muito bem deduz Serpa (2016), na impossibilidade da esfera pública, dada a situação de isolamento dos indivíduos.

O desafio que se apresenta à constituição de uma ordem urbana onde as experiências e a esfera pública novamente conduza a elaboração do percebido, bem como as decisões coletivas sobre os rumos da cidade, conduz-nos a perceber a necessidade de fortalecimento do espaço público. Mas como reabilitar e fortalecer esse espaço se, como vimos tentando mostrar, ele tem sido vigorosamente pulverizado dado o crescente processo de fragmentação? Como vislumbrar estratégias de fortalecimento do espaço público no Recife, por exemplo, se esta cidade assiste desde tempos remotos a conversão da condição de insularidade natural sobre a qual surgiu para uma insularidade social, em um processo marcado pela irrupção de enclaves fortificados e pela difusão de uma vida entre-muros?

Fazer frente à fragmentação e, assim, reabilitar o espaço público requer, via de regra, que se procure romper com essas marcas do passado que ainda hoje atuam imperiosamente no presente. No caso do Recife, significa romper com a tendência à constituição da insularidade social. No entanto, uma pergunta ainda recai sobre esse desafio: como superar a insularidade social? Até então, vencemos a insularidade natural por meio da hominização do espaço, onde as pontes e os aterros exerceram papel seminal. Mas será com pontes e aterros que romperemos a insularidade social?

A reabilitação dos espaços públicos tem sido o foco de inúmeras abordagens sobre os problemas urbanos. No mundo ocidental, muitas das teorias e práticas urbanísticas que surgiram a partir da crítica ao urbanismo moderno tem como mote a recuperação e valorização dos espaços públicos dentro da dinâmica urbana. Desde Jane Jacobs até Jan Gehl, a retórica do urbanismo então emergente tem sido o incentivo a intervenções físicas, artísticas e culturais, com foco na reativação do espaço público, tido como lugar do contato entre os diferentes, da experiência. Assim, conceitos como os de "urbanismo tático", "urbanismo emergente",

"placemaking" etc., tem insurgido com o mesmo propósito de tornar as cidades mais sustentáveis e capazes de proporcionar bem-estar social. Isso implica em um conjunto de ações e mudanças de comportamento fundamentados em novos paradigmas, o que envolve também a substituição de muitos dos valores sociais e estéticos hegemônicos na cidade moderna.

Desde a década de 1970, portanto, esse novo paradigma fez surgir novos modelos de planejamento, muito dos quais entusiasticamente propalados por organismos internacionais, cujo imperativo tem sido a desaceleração e a valorização da "caminhabilidade" nos espaços públicos. Assim, um espaço urbano sustentável e voltado ao bem-estar social seria aquele que convida os indivíduos à experiência do encontro e ao estabelecimento de laços afetivos positivos com o entorno. Seguindo este viés, e através de intervenções urbanísticas, muitas cidades da Europa ocidental e da América do Norte conseguiram mudar positivamente sua estrutura e dinâmica. Tratadas hoje como modelos a seguir, muitas dessas cidades lograram um admirável salto em termos de qualidade de vida, apenas com intervenções dessa natureza.

O problema tem sido a simples importação dessas ideias para o contexto periférico, algo que tem se dado muitas vezes sem a devida contextualização histórico-geográfica. Há, de fato, muito a ser considerado nesse novo paradigma, ainda mais no que diz respeito às técnicas quase sempre inovadoras e que induzem ao questionamento sobre os rumos da cidade. Contudo, não há como vislumbrar a reabilitação dos espaços públicos sem que a tendência a fragmentação e a constituição de insularidades sociais seja vigorosamente interdita. Acreditamos que mudanças efetivas neste sentido só podem ser visualizadas no horizonte de transformações profundas no metabolismo social. Não obstante, poder-se pensar também no esforço de reconquista do Estado e sua reformulação enquanto ação complementar.

Neste sentido, a reabilitação dos espaços públicos e a construção das condições que visem possibilitar a experiência não envolve apenas e necessariamente intervenções urbanísticas inovadoras, mas a superação do atual sistema, considerando-se as possibilidades hoje existentes na organização do Estado, posto tratar-se de uma relação de forças da qual eventualmente projetos social e ambientalmente positivos podem ganhar hegemonia. Poulantzas (1985) deixa claro o caráter não coeso do sistema capitalista, cuja marca é a contradição. Mészáros (2015) vai além, e diz que o Estado é a "montanha" a ser conquistada na superação do sistema. Neste sentido, a conquista e reformulação do Estado, bem como a criação de políticas a partir dele é também um caminho a ser perseguido (MÉSZÁROS, 2015, 2008).

Considerações finais

Partimos da concepção segunda qual a fragmentação é uma entre diferentes formas de diferenciação espacial, cujo fundamento reside no surgimento de enclaves fortificados, em um processo de pulverização do espaço e da esfera pública, bem como pela difusão do sentimento do medo e pela conseqüente irrupção de modelos apolíticos de gestão urbana, pautados no consenso, o que via de regra tem levado à constituição de uma condição pós-política.

Na realidade do Recife, a fragmentação se constituiu a partir das transformações espaciais que fez surgir, a partir de seu sítio físico-geográfico insular, a chamada insularidade social. Esta cidade, portanto, encontra-se segmentada pela divisão social do espaço, segregada pelo surgimento de diferentes enclaves fortificados, e fragmentada em função da generalização de um estilo de vida que encerra entre muros a convivência de diversos grupos sociais.

O desafio que se coloca à esta cidade, conforme mencionado em linhas atrás, diz respeito a reabilitação dos espaços públicos. E isso requer profunda mudança no metabolismo social, embora não envolva apenas e necessariamente a superação do atual sistema, mas também a apropriação das possibilidades hoje existentes na organização do Estado. No nosso entender, a reabilitação dos espaços públicos tomando-se proveito do Estado envolve três movimentos complementares: primeiro, a implementação de políticas eficientes de combate à desigualdade social; depois, uma política pública coerente de manutenção e valorização das ruas, calçadas, praças e parques públicos; e, por fim, a formulação de leis e diretrizes de uso e ocupação do solo que impeçam a privatização dos espaços e limitem a construção de muros e toda sorte de parafernália de segurança que inevitavelmente criam um ambiente intimidador.

Por fim, acreditamos o presente trabalho, bem como a tese que ele busca sintetizar, pode vir a constituir em mais uma contribuição à construção de um modelo de pensamento e ação em favor de uma transformação estrutural na cidade do Recife, não apenas por que procurou juntar elementos para a elaboração de uma proposta radical, mas por que procurou avançar no sentido de evitar a criação de vácuo teórico e prático em meio à crise político-econômica que vivemos, vácuo esse que tem sido preenchido por propostas extremamente conservadoras.

Referências

ALBUQUERQUE, M. Z. A; GOMES, E. T. A. *O jogo do poder na produção do espaço do Recife*. **Revista Rural & Urbano**, v. 2, n. 1, p. 39-56, 2017.

ALBUQUERQUE, M. Z. A; GOMES, E. T. A. **Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife**. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 13, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on-line). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-15.

BARBOSA, A. G. **Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife**: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. 2014. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Agosto de 2014.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP, Ed. 34, 2000.

CASTRO, J. **Ensaio de Geografia Humana**. 5.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969
CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. London: Ed. Verso, 2012.
Disponível em: http://abahlali.org/files/Harvey_Rebel_cities.pdf

JÚNIOR, J. M. P. N. **Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco**: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas. 2010. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Março de 2010.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, M. L. C; XIMENES, R. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 829-840, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000400025>

LINS, R. C. **Alguns aspectos originais do sítio urbano do Recife**. In: ANDRADE, M. C. Capítulos de Geografia do Nordeste. Recife: UGI, 1982.

MELO, M. L. **Metropolização e subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: UFPE/Sudene, 1978.

MELO, P. B. **Histórias que a mídia conta**: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. Recife: Editora UFPE, 2010.

MELO, Z. M; CALDAS, M. T; CARVALHO, M. M. C. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 201-208, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200006>

MELO, Z. M; SILVA, D. M; CALDAS, M. T. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. **Revista Psicologia em estudo**, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100014>

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRÉTECEILLE, D. **Cidades globais e segmentação social**. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 65-89.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALGUEIRO, T. B. *Cidade pós-moderna: espaço fragmentado*. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 39-53, 1998. Disponível em:

http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf

SANTOS, M. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, O. A. A. *Cidade à deriva - Inquietações e apontamentos sobre a reprodução e a fragmentação do espaço em Recife/PE*. **Revista Espaço e Geografia**, v. 20, p. 271-297, 2017.

SANTOS, O. A. A.; GOMES, E. T. A. *A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE - o caso do Projeto Novo Recife*. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, p. 398, 2016.

SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SOBARZO, O. *A segregação socioespacial urbana*. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.7, p. 163-170, 2000. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2445/2200>

SPOSITO, M. E. B. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: VASCONCELOS, P. A et al. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SWYNGEDOUW, E. *A cidade pós-política*. **Revista E-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 08, 2012. Disponível em:

http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/009/original/emetropolis_n08.pdf?1447896327

VASCONCELOS, P. A. *A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração*. **Revista Cidades** (Presidente Prudente), Presidente Prudente, v. 1, n.2, p. 259-274, 2004.

_____. **Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades**. In: VASCONCELOS, P. A et al. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011**: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari/Ministério da Justiça do Brasil, 2011. Disponível em:

<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>

_____. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo. São Paulo: FLACSO, 2015.

Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>